

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SOCIOECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RAFAELA B. ZACOUTEGUY

**A INFLUÊNCIA DO MERCADO SOBRE O REGIME TOTALITÁRIO SUL-
AFRICANO**

FLORIANÓPOLIS, 2016

RAFAELA B. ZACOUTEGUY

**A INFLUÊNCIA DO MERCADO SOBRE O REGIME TOTALITÁRIO SUL-
AFRICANO**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Jaime Cesar Coelho

FLORIANÓPOLIS, 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A INFLUÊNCIA DO MERCADO SOBRE O REGIME TOTALITÁRIO SUL-
AFRICANO

A Comissão Examinadora, nomeada pelo Coordenador de Monografia, resolve atribuir a acadêmica Rafaela B. Zacouteguy, após a apresentação do trabalho intitulado, “A influência do mercado sobre o regime totalitário sul-africano”, a nota 8,5, referente à disciplina CNM 7280 – Monografia.

Florianópolis, 14 de julho 2016.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jaime Cesar Coelho– Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Karine De Souza Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Fabio Pádua dos Santos
Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

Durante 46 anos a África do Sul viveu num regime totalitário em que a segregação racial formava a base de toda a atividade política e econômica desenvolvida no país. O regime possuía raízes na empreitada colonial europeia, e por isso possuía fortes laços com o capital monopolista transnacional. Por esta razão, as elites e as corporações transnacionais foram atores centrais para compreendermos como se deu a ascensão, a permanência e a derrocada de um dos regimes mais particulares do século XX.

Palavras-chave: África do Sul; Corporações Internacionais; Totalitarismo; Capital Transnacional

ABSTRACT

For 46 years, South Africa experienced a totalitarian regime in which racial segregation formed the base of every politic and economic activity developed in the country. The regime had its roots in the European colonial venture, and so it had strong ties with the transnational monopolistic capital. For that reason, international elites and corporations are main actors in understanding how the rise, the continuity and the collapse of one of the most particular regimes of the XX century occurred.

Palavras-chave: South Africa; International Corporations; Totalitarianism; Transnational Capital

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa das quatro colônias.....	21
Figura 2: The White Man's Burden (Apologies to Rudyard Kipling).....	22
Figura 3: Umbiswa Makhubo carrega o corpo de Hector Pieterse.....	36

Sumário

INTRODUÇÃO	7
1. CORPORAÇÕES VS ESTADOS: PODER RELACIONAL E PODER ESTRUTURAL	10
2. DAS PRIMEIRAS OCUPAÇÕES AO APARTHEID	18
2.1 CONQUISTA E OCUPAÇÃO	18
2.2 MINERAÇÃO, MONOPÓLIOS E INVESTIMENTO	22
2.3 AS BASES DO APARTHEID	25
3. O REGIME APARTHEID	29
3.1 SEPARAÇÃO, EXPLORAÇÃO E LUCRO	29
3.2 SHARPEVILLE E CRESCIMENTO ECONÔMICO.....	32
3.3 A DECADÊNCIA DO APARTHEID	35
4. CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

INTRODUÇÃO

Verificou-se uma necessidade de ampliar a discussão sobre temas que cercam as regiões periféricas do globo para que possamos identificar novos meios para enfrentar os desafios que países como Brasil e África do Sul têm pela frente. Esta pesquisa propõe uma nova perspectiva sobre o desenvolvimento da África do Sul, relacionando política nacional e mercados internacionais, trazendo para as Relações Internacionais um tema de crescente importância, a força estrutural dos mercados sobre os governos. Tema esse que ganha especial importância nas regiões periféricas, pois estas apresentam economias historicamente dependentes e voltadas ao comércio internacional

Além disso, o trabalho busca enriquecer o debate acadêmico ao trazer uma temática pouco explorada em nosso país. Através do caso sul-africano o leitor poderá compreender melhor as particularidades dos países com histórico colonial e sua relação de dependência e fragilidade frente as pressões que o mercado exerce.

O trabalho pretende estudar a relação entre o poder informal dos mercados (representado por corporações internacionais e suas elites capitalistas transnacionais) e a constituição do regime que ficou conhecido como *Apartheid*. O trabalho busca esclarecer como estas corporações foram fundamentais para que o regime permanecesse durante 46 anos (1948 – 1994), e ainda mais decisivas para que o mesmo chegasse ao fim. O regime era justificado como uma política de prevenção à ameaça comunista e de um possível caos caso os negros se envolvessem na política. Entretanto, com a dissolução da URSS no início dos anos 90, já não havia mais desculpas aceitáveis para a opinião pública internacional que justificassem as atrocidades do governo sul-africano, impedindo a maior parte da nação (a parcela “de cor” da sociedade) de exercer sua cidadania e ter seus direitos e liberdades mínimos respeitados. A possibilidade de uma revolução sangrenta fez com que os capitalistas buscassem dialogar com as elites negras e, percebendo a incapacidade do governo segregacionista de garantir suas liberdades, o mercado encerra seu apoio, dando fim ao longo regime totalitário sul-africano.

A partir do fim do conflito ideológico que dividiu o globo, o governo sul-africano passou a viver uma forte pressão internacional, tornando-se um dos países mais isolados do planeta (MANDELA, 1993). As corporações internacionais foram grandes responsáveis por provocar

o isolamento econômico do país devido à pressão de seus investidores que exigiam mais explicações sobre como seu dinheiro seria usado. Quanto mais duro o regime se tornava, mais os investidores recuavam, retirando seu apoio financeiro e isolando a África do Sul economicamente até que se tornou insustentável para as corporações ter seus nomes ligados ao governo sul-africano. As multinacionais não podiam mais ignorar que apoiavam princípios totalmente contrários àqueles defendidos por suas nações.

A fim de entender como as corporações multinacionais alteraram o quadro político da África do Sul pergunta-se: Como as principais corporações multinacionais estrangularam financeiramente o regime apartheid, utilizando sua força negativa de mercado para sancionar e punir o governo de forma alternativa?

Pretende-se elaborar o seguinte estudo a partir de uma abordagem descritiva, pois segundo Richardson (1989) as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial descrever as características de um determinado fenômeno, sendo esta a abordagem mais adequada para o objetivo do presente trabalho. O estudo buscará explicitar como se deu o desenvolvimento da África do Sul, identificando a relação entre as grandes corporações internacionais, o colonialismo e a formação de um governo racista e autoritário. Em seguida o trabalho descreverá como se deu a transformação do cenário internacional que levou as mesmas corporações a assumirem uma posição contrária ao regime que elas próprias ajudaram a construir.

O estudo se dá a partir de uma pesquisa bibliográfica em obras da Economia Política Internacional que debatem a interação do poder do mercado com o poder do Estado, explorando autores como Susan Strange, David Harvey e Stephen Gill. E igualmente com obras que tratam da história e a consolidação do capitalismo no país em questão e sua relação com o colonialismo, bem como da construção do regime, a partir da leitura dos autores Aimé Césaire, Frantz Fanon, Paulo Visentini e Analúcia Pereira, Francisco Pereira e do próprio Nelson Mandela. Após o levantamento teórico sobre o poder estrutural do mercado faremos uma descrição dos fatos históricos ocorridos associando a história colonial e pós colonial aos fundamentos da Economia Política Internacional, buscando compreender a conexão entre colonialismo, mercado e regime totalitário.

O estudo fará uma breve descrição do processo colonial para elucidar ao leitor como se deu a construção das bases sociais do regime. Em seguida o estudo se limitará ao período de

duração do regime apartheid que vai de 1948, quando o Partido Nacionalista assume o governo e passa a aplicar legalmente o racismo. Passando pela criação da República da África do Sul em 1961 rompendo definitivamente seus laços com a Grã Bretanha até 1994, quando o CNA assume uma nova etapa democrática pelas mãos de Nelson Mandela (PEREIRA, 1988).

Dentro deste período, estudaremos o governo e sua relação íntima com as elites transnacionais e como estas elites se desenvolveram para sancionar economicamente o país, servindo de meio de comunicação e ação para além das estruturas tradicionais das organizações internacionais que emanam do poder estatal (SAMPSON, 1988). O material deverá ser analisado pelo método qualitativo pois, segundo Richardson (1989) o método qualitativo é o mais adequado para estudar a natureza de algum fenômeno social em um dado momento histórico.

O presente trabalho busca descrever um fenômeno social complexo e que envolve além da interação de grupos sociais bastante antagônicos, que exercem pressões internas e externas no país durante o período, envolve também o fator psicológico “racismo”. Fator esse que emana de indivíduos, instituições e corporações e que não pode ser quantificado.

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON, 1989, p. 80)

Em um primeiro momento, o trabalho explorará as bibliografias levantadas acerca do poder dos mercados e de seu envolvimento indireto em políticas nacionais. Em um segundo momento, descreverá as características pertinentes da história da África do Sul e do regime segregacionista. Num terceiro momento, o trabalho se dedicará a descrever, baseado na bibliografia disponível, como o capital estrangeiro das grandes corporações definiu os rumos da política sul-africana, desenvolvendo uma forma particular de capitalismo, onde as contradições internas do modo de produção e acumulação atingiram seu limite com o fim do conflito leste-oeste. Por último, o trabalho apresentará sua conclusão acerca da descrição dos eventos.

1. CORPORAÇÕES VS ESTADOS: PODER RELACIONAL E PODER ESTRUTURAL

Para realizar um estudo sobre o regime separatista (*Apartheid*) na África do Sul vamos nos apoiar sobre os ombros da Economia Política Internacional e trazer à luz alguns conceitos importantes para compreender como o poder do mercado e do capital transnacional (corporações multinacionais) foi vital na construção e desconstrução do *apartheid*.

Após as duas grandes guerras mundiais mais notavelmente, houve um aumento significativo de poder do mercado em detrimento do poder dos Estados. Strange (1996) argumenta que as forças impessoais dos mercados mundiais são mais poderosas que as autoridades estatais devido à dinâmica que integrou o mundo, muito mais através de indústrias, instituições financeiras e de comércio para satisfazer suas necessidades mercadológicas do que pela iniciativa de governos para gerar cooperação e integração.

Para entender as assimetrias de poder entre Estados que tem maior ou menor poder estrutural e também as relações de poder existentes entre os governos e o capital estrangeiro, começaremos por definir o que é poder e como ele se dá nestas relações entre Estados e mercados.

O poder deve ser compreendido de uma forma mais ampla. Perceber o poder ou a busca por poder como algo inerente ao ator Estado limita nossa capacidade de perceber o poder como um fator que permeia todas as relações sociais. Por isso interpretamos poder segundo a corrente estruturalista tal que “Poder é simplesmente a habilidade de uma pessoa ou grupo de influenciar os resultados para que suas preferências tenham prioridade sobre as dos outros.” (STRANGE, 1996, p. 17. *Tradução nossa*).

O estudo das relações internacionais surge num contexto em que a entidade Estado-Nação concentra em si todos os atributos do poder político internacional. Com a mudança das práticas internacionais e dos avanços técnicos e financeiros do capitalismo, novos atores não estatais surgem e expressam seu poder político buscando outros objetivos, tornando as relações de poder internacionais muito mais complexas. (COX, 1981) As elites capitalistas transnacionais não possuem o mesmo interesse do Estado em sobreviver, estas elites aplicam seus investimentos e focam em manter o processo de acumulação. Uma empresa não precisa sobreviver ao tempo, mesmo deixando de existir seu capital pode continuar gerando acumulação em outros setores ou em nome de outras companhias.

Políticos, investidores e corporações muitas vezes agem de forma instintiva. Não buscam um resultado ótimo, mas sim um resultado que satisfaça minimamente a um conjunto de objetivos (STRANGE, 1996). Além disso, analisar o poder como advindo de um conjunto de capacidades ou de recursos, físicos, econômicos ou militares, é um hábito de muitos acadêmicos em analisar apenas o poder hegemônico e pensar seus recursos e capacidades em termos territoriais. Para a autora isso é insuficiente, ela argumenta, portanto, que o poder é muito mais sobre o outro, relacional, do que um atributo absoluto em termos de capacidades.

Tal como Max Weber – e a nível de governo local, Robert Dahl – penso que capacidades ou recursos são uma maneira insuficiente de julgar o poder relacional; é mais ‘poder sobre’ do que ‘poder proveniente’ destas competências. Portanto, o interesse exagerado dos acadêmicos americanos em poder hegemônico não é só estreito, como suas tendências em concentrar suas atenções sobre capacidades baseadas em uma área geográfica, levou-os a conclusões errôneas. A autoridade – o ‘poder sobre’ os resultados internacionais aproveitada pela sociedade americana e indiretamente pelo governo dos Estados Unidos – ainda é superior à de qualquer outra sociedade ou qualquer outro governo. (STRANGE, 1996, p. 25. *Tradução nossa*)

A ideia de poder sobre implica assumir que há consciência da manipulação dos resultados por parte de um grupo (ou indivíduo) que tomará decisões deliberadamente em seu favor. Este poder sobre, é o que a autora identifica como poder relacional. É aquele poder exercido de forma deliberada sobre outros elementos. Entretanto, a autora aponta diversos exemplos de como o poder que emana das estruturas econômicas entre os Estados pode alterar os resultados apenas por existir, gerando efeitos imprevisíveis e muitas vezes antagônicos em relação ao que seria o interesse último, ou o objetivo ótimo a ser alcançado.

Por exemplo, o objetivo dos EUA em garantir que os mercados africanos, latino-americanos e asiáticos ficassem abertos ao fluxo de investimentos externos a partir da década de 50 era, de fato, o de conseguir benefícios para si e para suas contas. Porém, o crescimento do mercado japonês dentro desse contexto de investimento e proteção privilegiados, oferecidos pelos EUA, gerou um efeito indesejado, ou pelo menos não planejado. Enquanto buscavam manter abertas as portas das economias menos desenvolvidas para obter vantagens econômicas sobre elas, foi necessário transferir tecnologia através das multinacionais que se instalavam nestas regiões. Esta transferência de conhecimento e tecnologia permitiu ao Japão, por exemplo, tornar-se um forte concorrente dos Americanos, mesmo que isso não fizesse parte dos planos.

Segundo Robert Cox (1981) esta marcha de acumulação e expansão altera o processo de produção e as relações sociais nele, assim como mudam constantemente as dimensões e formas da circulação do capital. Mesmo que apenas os Estados possam deliberar políticas concretas, as relações de trabalho acumulação e produção, alteram a configuração social e geográfica do poder, pois estas relações passam pelas estruturas do mercado. Logo, os Estados,

principalmente os que não possuem elites capitalistas endógenas, estão muito mais sujeitos a sofrer pressões para se adequarem aos interesses do capital estrangeiro.

As corporações americanas pressionam o seu próprio e outros governos através de lobbies que alteram as normas internacionais. Como durante a guerra fria, quando itens eram adicionados ou retirados da lista de recursos e tecnologias que não deveriam ser comercializadas com o bloco de países do lado soviético pelos aliados do bloco ocidental. Estes itens não eram retirados ou adicionados por uma questão de segurança ou porque governos aliados pressionavam para tal, as mudanças acompanhavam as necessidades do mercado e, portanto, o lobby promovido pelas grandes corporações. (STRANGE, 1996)

Segundo a concepção neorealista de Waltz (1979, *tradução nossa*) “Os Estados não são e nunca foram os únicos atores internacionais. Ainda assim, as estruturas [internacionais] não são definidas por todos os atores que florescem dentro dela, mas apenas pelos mais importantes”. Ou seja, a estrutura internacional deve ser interpretada a partir de seus principais atores, os Estados. Porém, esta definição não satisfaz nossa compreensão de poder e tampouco nos ajuda a interpretar a complexa realidade das contradições sul-africanas. Não abandonando a ideia de que os Estados são atores centrais para compreender as relações internacionais, vamos apenas perceber que, por trás do ator Estado, existem elites. Elites políticas e econômicas que possuem vínculos nacionais e transnacionais (KRASNER, 1982). O comportamento destas elites e a forma como elas atuam nas estruturas não é necessariamente racional, tampouco visa a sobrevivência do seu Estado de origem como objetivo último.

Sendo assim, o poder estrutural do mercado é aquele que emana das estruturas das relações sociais do sistema internacional (Estados, instituições, elites, grupos de representação de classe, etc...) e altera os resultados apenas por existir. A pressão que o poder estrutural exerce sobre tudo e todos, não é intencional, quase sempre gerando resultados inesperados. E é justamente por esta característica do poder estrutural que os mercados ganham cada vez mais poder em relação ao poder e autoridade dos Estados.

O processo de expansão capitalista é um processo de acumulação, e este processo de acumulação que gera crescimento econômico é permeado pelas contradições que o próprio sistema de acumulação capitalista cria. As contradições geradas internamente por esse processo acumulativo são explicadas por David Harvey (2001) a partir da análise de três fatores essenciais à acumulação: primeiro, a necessidade de haver mão de obra excedente, para isso criam-se diversos instrumentos políticos e burocráticos que limitam a massa trabalhadora; segundo, a existência abundante de meios e recursos para reinvestir o capital; e terceiro, a existência de um

mercado consumidor que possa absorver o que é produzido.

Este processo acumulativo ganha numa nova forma após as grandes guerras mundiais, uma forma mais flexível de acumulação. A flexibilização da produção exige uma maior flexibilização do crédito, o que aumenta a mobilidade do capital, dando poder ao mercado, que, com uma capacidade muito maior de migrar para onde lhe for mais conveniente, consegue “punir” os Estados que não apresentem condições favoráveis ao investimento. Em contrapartida à mobilidade do capital, criam-se os instrumentos de controle da mão de obra, diminuindo sua capacidade de migrar para onde há mais oportunidades de trabalho por exemplo, mantendo um exército de reserva disponível, forçando os salários para baixo.

As características do desenvolvimento capitalista no contexto sul africano, geraram contradições que se tornaram insustentáveis. O sistema de trabalho migratório, as leis de passes e a criação de reservas indígenas, locais destinados aos nativos, foram instrumentos criados pelo governo sul-africano afim de manter os lucros extraordinários dos capitalistas. No entanto, estes instrumentos reprimiram a expansão do mercado consumidor internamente e as contradições geradas pelo próprio sistema tornaram a acumulação insustentável para o mercado. Logo, o regime apartheid deixa de servir aos interesses capitalistas e o mercado compreende a necessidade de dialogar com os negros para voltar a ter lucro. As políticas nacionais, ou mesmo o regime, se alteram muito mais pela pressão do capital, que percebe a alteração das relações sociais e cobra uma atitude do governo para que seus negócios floresçam no novo contexto. A pressão exercida pelos movimentos sociais é importante, mas por não poder migrar facilmente como o capital, está sujeita à realidade do Estado em que se encontra.

As corporações e instituições internacionais, estas estruturas por onde o poder flui, não representam atores racionais e geograficamente delimitados, diferente dos Estados. O lucro é seu interesse último, e não o bem-estar social ou a sobrevivência. Os mercados podem migrar seu capital de uma região para outra ou de um setor para outro. Não estão presos a nada ao mesmo tempo em que controlam a tecnologia, o comércio e a criação de crédito para financiar o ciclo de reinvestimentos e inovações. Em suma, o poder estrutural que afeta os resultados internacionais, principalmente após a intensa expansão de crédito no pós-guerra, tem gerado resultados muito mais favoráveis aos mercados do que aos Estados. (STRANGE, 1996)

Num mundo capitalista segundo a escola neoclássica, os governos devem contar com o crescimento econômico para atingir algum nível de bem-estar social. Para isso, os governos se empenham em criar ambientes favoráveis ao capitalismo, onde o investimento e a produção

possam florescer. Em outras palavras, os governos devem criar as condições ideais para os capitalistas investirem, atendendo assim suas demandas mercadológicas. Estas condições refletem o poder estrutural que o capital dos mercados exerce sobre as políticas do Estado. (GILL; LAW, 1988)

Esta força que o capital coloca sobre os governos é tanta, que mesmo sob forte pressão de movimentos sociais, como uma grande greve articulada pelas forças trabalhistas, o governo costuma dar preferência às exigências do capital. É relativamente fácil controlar e disciplinar a força de trabalho, pois esta, com exceção de uma pequena parcela altamente especializada, não possui a mesma mobilidade que possui o capital.

As forças de trabalho estão sujeitas às condições de seu país, suas leis e procedimentos burocráticos. Em contrapartida, o capital, quando percebe que as condições não são ideais num determinado local ele simplesmente migra. Esta “greve” de investimentos que o mercado pode promover contra um governo é muito mais desastrosa para o crescimento e, portanto, para a economia e bem-estar do país do que uma greve de trabalhadores. Uma greve de investimentos é muito mais desastrosa e eficiente, além de não poder ser controlada e reprimida por um aparato policial, pode ser iniciada por poucos indivíduos ou corporações. Enquanto os trabalhadores precisam se articular em uma escala muito maior para fazer uma greve geral que tenha o mesmo grau de influência sobre a política. Mas o mais importante aqui é notar como uma pressão negativa vinda do lado do capital é vista como algo natural. Já um levante do trabalho seria duramente reprimido e visto como uma ameaça direta à autoridade do Estado. (GILL; LAW, 1988)

Gill e Law (1988) argumentam que as elites capitalistas e as elites políticas estão intimamente ligadas. Frequentemente o Estado delega parcelas de sua autoridade em algumas matérias a grupos empresariais para que estes elaborem as normas que devem orientar as ações da economia. É interessante notar que os homens da política e dos negócios costumam ter em comum o histórico social e educacional e, portanto, um posicionamento similar em questões políticas e econômicas.

A interação destas elites dentro do capitalismo ajuda a fazer com que a repartição do poder do Estado entre o capital e o governo pareça normal, com os direitos de propriedade e as relações de poder que se originam deles tomados como algo natural, certo e inevitável, e por isso nunca na agenda “oficial”. (GILL; LAW, 1988, p. 86. *Tradução nossa*)

Os autores defendem que esta ideologia de mercado é disseminada em todos os meios de comunicação de massa, como redes de rádio e televisão, que, por sua vez, costumam ser

instituições privadas e muito lucrativas. Estes meios de comunicação impõem formas de socialização que justificam e sustentam a necessidade de atender aos interesses do mercado como se estes fossem uma continuação natural dos interesses da nação. Prova disso é a forte propaganda sobre o *american way* especialmente após a revolução dos meios de comunicação de massa a partir da década de 50. A propaganda do *american way* ajudou a disseminar os valores capitalistas de consumo e individualismo no mundo. Este tipo de propaganda foi muito utilizada durante a guerra fria, promovendo os valores culturais do ocidente entre os países aliados, o que ajudou muito a reforçar esta “normalização” da ideologia de mercado, colocando-o como prioritário na agenda política dos Estados. (BELMONTE, 2008)

A pressão que os mercados exercem sobre os Estados minam sua autonomia e capacidade de ação. Mesmo os governos mais de esquerda e menos disciplinados ao capitalismo se vêem forçados a adotar políticas macroeconômicas que passem confiança aos investidores. Não se adaptar às imposições pode levar a um verdadeiro colapso cambial¹. O governo Thatcher é um exemplo claro desta doutrina de mercado. O slogan de seu governo, o famoso *TINA*, “there is no alternative” ou em português, “não há alternativa” senão acatar as medidas de austeridade e diminuir a ação do Estado na economia, mesmo que isso signifique aumentar as taxas de juros, fazer políticas monetárias recessivas e aumentar a taxa de desemprego. (GILL; LAW, 1988)

Antes das duas grandes guerras, a percepção era de que os Estados representavam as principais autoridades políticas e econômicas no mundo e mediam seu poder a partir de suas capacidades militares e econômicas. Ter capacidades significava ter recursos para produzir e territórios onde adquirir tais recursos, tudo isso dentro de uma perspectiva essencialmente militar de poder. Assim tiveram início as empreitadas ultramarinas europeias em busca de recursos e matérias primas na África, Ásia e América Latina que pudessem sustentar o desenvolvimento do capitalismo europeu.

No período anterior à II Guerra Mundial, a maior parte dos investimentos externos diretos se encontrava no setor de extração de minerais necessários à produção industrial e ao cultivo agrícola de alimentos baratos para alimentar a força de trabalho industrial europeia. Isso refletia tanto a demanda dos países industrializados por matérias primas quanto por dominação política (GILL; LAW, 1988).

O precursor colonial da corporação moderna, como a Companhia Britânica das Índias Orientais, não tinha apenas consideráveis recursos financeiros e

¹ A evasão de divisas significa perder grande quantidade de reserva monetária, o que gera um desequilíbrio cambial, visto que a moeda de reserva torna-se escassa, logo, valorizada em relação à moeda nacional.

tecnológicos, possuía também um exército permanente que poderia ser usado para reforçar seu poder econômico. (GILL; LAW, 1988, p. 192. *Tradução nossa*)

Contudo, após a II Guerra Mundial os investimentos externos diretos passaram a ganhar relevância no setor de manufaturas, além disso, não se fazia mais necessário ter controle direto dos territórios para ter controle econômico sobre seus recursos. Manter exércitos ultramarinos tornara-se custoso e politicamente difícil, em contrapartida, ter controle sobre a economia era muito mais eficiente, impessoal e lucrativo.

Considerando essa mudança, Strange (1996) argumenta que a competição por territórios foi substituída pela competição por quotas do mercado mundial no que ela chama de “novo jogo” entre os Estados. Mais do que possuir territórios que forneçam os recursos necessários para a produção industrial, a necessidade passa a ser por mercados consumidores e por lugares onde a produção industrial seja mais viável e lucrativa. Ou seja, mais importante que controlar territórios é controlar os processos produtivos. A busca por aliados ainda é importante, mas não para acrescentar capacidades militares ou expandir suas fronteiras, e sim para aumentar seu poder de barganha obtendo uma área econômica mais ampla para si. “Além do mais, a busca por aliados não está confinada a outros Estados ou organizações intergovernamentais. É suplementada pela procura por aliados entre empresas estrangeiras” (STRANGE, 1996. *Tradução nossa*)

Isto é especialmente importante quando consideramos o fator tecnologia nas relações de poder. O desenvolvimento tecnológico é contínuo e seu conhecimento é controlado por empresas que decidem quando, onde, como e para quem devem dar acesso à sua tecnologia. Este conhecimento é a chave para entender a assimetria de poder entre as nações. Sendo assim, Strange (1996) identifica uma elevação de custos para a criação de novas tecnologias após o fim da II Guerra Mundial, isto é, o custo para inovar em tecnologia aumentou significativamente, o que implicou em mudanças no setor de financiamento e criação de crédito.

Em poucas palavras, o aumento no custo de capital para novas tecnologias não poderia ser contemplado sem, em primeiro lugar, algumas mudanças bastante fundamentais no volume e na natureza do crédito criado pela economia de mercado capitalista; em segundo lugar, sem a mobilidade extra que caracterizou a criação de crédito nos anos recentes. (STRANGE, 1996, p. 10. *Tradução nossa*)

Os países de origem das grandes corporações tem acesso privilegiado a esse tipo de conhecimento tecnológico e fazem grandes esforços para proteger estes conhecimentos através de patentes intelectuais. Enquanto isso, as nações que se industrializaram mais tarde e as demais, ficaram sujeitas a estas normas de acesso à tecnologia e só conseguem acesso quando

estas já se tornaram ultrapassadas, ou sob as condições de aceitar a entrada do capital externo, criando um ambiente favorável para ele, conforme argumentado anteriormente.

Além do aumento de poder do mercado, há um aumento na assimetria de poder entre nações que possui maior ou menor poder estrutural, afetando seu poder de barganha e consequentemente deixando as nações mais fracas em desvantagem e mais suscetíveis às imposições do mercado e das nações centrais.

Muitos representantes da teoria marxista da dependência chamam atenção para o fator desestruturante e desigual do crescimento econômico associado às corporações transnacionais. Grande parte do fluxo internacional de capitais ocorre entre estas corporações, sendo que a grande parte destes investimentos é dedicada às sedes das empresas que ficam nos países centrais, enquanto o resto é alocado nas sedes periféricas. Tal fato reflete a expropriação de ativos das empresas estrangeiras sobre suas subsidiárias. (GILL; LAW, 1988)

Este aspecto único do capital transnacional das trocas intra-firmas ajudam a diminuir os riscos das empresas, mas aumentam a formação de oligopólios e a concentração de poder. Isso atrapalha a integração da estrutura econômica dos países periféricos, que ficam sujeitos a pauta de importações destas corporações, pois se tornam cada vez mais dependentes de sua tecnologia.

2. DAS PRIMEIRAS OCUPAÇÕES AO APARTHEID

2.1 CONQUISTA E OCUPAÇÃO

Na metade do século XVII, os holandeses eram os mercadores mais poderosos e ricos de toda a Europa, e a Companhia Holandesa das Índias Orientais era a maior companhia de comércio do mundo. Em 1652, aporta na cidade do Cabo o administrador colonial neerlandês Jan Van Riebeeck e instala ali, nas terras dos povos nativos, uma feitoria. (VISENTINI; PEREIRA, 2010)

[...] a Companhia holandesa das Índias Orientais mandou três navios, com pouco mais de cem homens e quatro mulheres, sob o comando de Jan van Riebeeck, fundar uma estação de repouso e refresco na baía de Tafel². (COSTA E SILVA, 2002 p. 567)

A missão inicial era produzir o necessário para suprir os navios holandeses que passassem por ali com destino ao leste das Índias Orientais. No entanto, logo foi permitido o assentamento de uma pequena comunidade branca na região a qual começou a produzir produtos agrícolas, principalmente cereais.

No entanto, vulneráveis por sua forma de organização social e de produção, os nativos foram dominados militarmente pelo avanço das fazendas brancas e despossuídos de suas terras, estoques e de seu papel como intermediários entre os brancos e os outros povos negros mais ao interior. Os brancos ali presentes, ao passo em que iam avançando ao norte e ao leste do que hoje é a África do Sul, fugiram do controle da disciplina imposta pela Europa. Criaram sua própria língua e sua própria identidade. Os camponeses pastores Bôeres, como ficaram conhecidos, criaram sua própria organização produtiva pastoril e sua própria organização militar, os “*commandos*”. (SAUL; BOND, 2014) Ao longo do século XVIII, os Bôeres iriam desenvolver sua identidade africânder³.

A identidade *afrikaner* possuía características religiosas (calvinismo, crença na predestinação de um povo eleito), psicológicas (iniciativa, independência), linguísticas (o *afrikaans* é constituído por um holandês arcaico acrescido de elementos do português, do inglês, de línguas asiáticas e, principalmente, das línguas africanas da região), e estrutura socioeconômica (patriarcalismo) e tecnológica (adoção das tecnologias de criação e agricultura africanas mescladas com as de origem holandesa). Tal identidade era fortemente paternalista, preconceituosa e discriminatória. (VISENTINI; PEREIRA, 2010, p. 28)

²Tafel significa Table em africânder. Tafel Bay → Table Bay

³a.fri.cân.der (substantivo masculino): Uma das línguas oficiais da África do Sul oriunda do século XVII, com influências de outras línguas, especialmente do inglês e do francês da época da colonização. (substantivo masculino e feminino): Indivíduo sul-africano descendente dos colonizadores holandeses que fala essa língua.

Assim prosseguiu o desenvolvimento deste grupo particular e a expropriação violenta dos povos nativos seria uma característica imperante da empreitada colonial nesta parte da África. Em 1799 a Companhia Holandesa das Índias Orientais vai a falência em meio ao conflito com a Grã Bretanha e o início da Revolução Francesa (VISENTINI; PEREIRA, 2010). E em meio às Guerras Napoleônicas, a Grã Bretanha invade provisoriamente a região sul da África para mais tarde, no Congresso de Viena (1814-1815) vir a tomar seu lugar permanente como colonizadora da península do Cabo, de grande importância histórica para as potências europeias.

A superioridade militar dos ingleses não estava em questão, mas também não estava em questão manter empreendimentos coloniais dispendiosos, o que fez com que os britânicos moderassem suas frotas armadas na região. Em 1833 os britânicos banem o sistema escravista na África do Sul e passam a fazer frente aos fazendeiros bôeres com suas *plantations* muito mais produtivas, necessárias para sustentar a revolução industrial promovida pela Inglaterra na Europa.

Este momento tornou-se importante para a construção das bases do Apartheid, o regime tem suas raízes na expansão capitalista das potências europeias, as colônias. Esse tipo de colônia, em que não há uma migração de colonos com suas famílias, para que estabeleçam os costumes e os padrões de vida da metrópole, Hobson (1902) define como colônias típicas da expansão imperialista para suprir a necessidade de acumulação de capital.

Em outras colônias autônomas, como na Colônia do Cabo e Natal, onde a maior parte dos brancos não descendia de colonizadores britânicos, a vasta presença de “raças inferiores”, clima e outras condições naturais diferentes, desenham uma civilização completamente distinta daquela da “pátria natal”. (HOBSON, 1902, p. 9. Tradução nossa)

Os Bôeres, em uma reação à libertação dos escravos em todas as colônias do império Britânico (Slavery Abolition Act, 1833) e necessitados de terras para assegurar o desenvolvimento de sua agricultura relativamente atrasada comparada à dos britânicos, se lançam no que ficou conhecido como o “*Grand Trek*”, uma viagem em caravanas de grupos relativamente grandes de africânderes em direção ao interior da África do Sul nas direções norte e nordeste. (SAUL; BOND, 2014) O *Grand Trek* mais tarde alimentaria a lenda de grandeza do povo africânder. Motivados, mais ou menos conscientemente, por uma rebeldia contra o Império Britânico que insistia em tratá-los como seus súditos, o *Grand Trek* foi marcado por muitos conflitos com os povos nativos, conflitos estes que faziam parte do processo de dominação da terra.

[...] o problema maior residia no fato de que as autoridades britânicas da Colônia do Cabo não consideravam que os *trekkers*, ao deslocarem-se para fora da Colônia, tivessem deixado de ser súditos dos ingleses. (VISENTINI; PEREIRA, 2010, p. 32)

Em meio aos conflitos com os povos nativos, nascia o orgulho e o nacionalismo africânder que ainda estava por evoluir e consolidar-se. Esses novos africânderes se instalaram em Natal, na República do Transvaal e no Estado Livre de Orange. Os ingleses ainda mantinham um relacionamento próximo com líderes negros locais, importantes na manutenção de fronteiras indefinidas além de ser uma forma barata e eficiente de controle das populações locais.

O ano de 1870 é o ano que Hobson (1902) sugere o início de uma “política consciente de imperialismo”. O surgimento de outras potências europeias na concorrência por mercados e a segunda revolução industrial dão início a era dos monopólios. Para garantir espaços para expandir o capital monopolista, assegurar as colônias passou a ser prioridade na agenda britânica (SIMSON, 1973)

Entre os fins da década de 1860 e o início da década de 1880, são descobertas jazidas de diamante e ouro nos territórios bôeres de Orange e Tranvaal. O interesse dos ingleses logo se volta para a região e tenta, através do isolamento, submeter os africânderes estabelecendo protetorados negros através de seus contatos com líderes locais, dando forma ao mapa que segue.

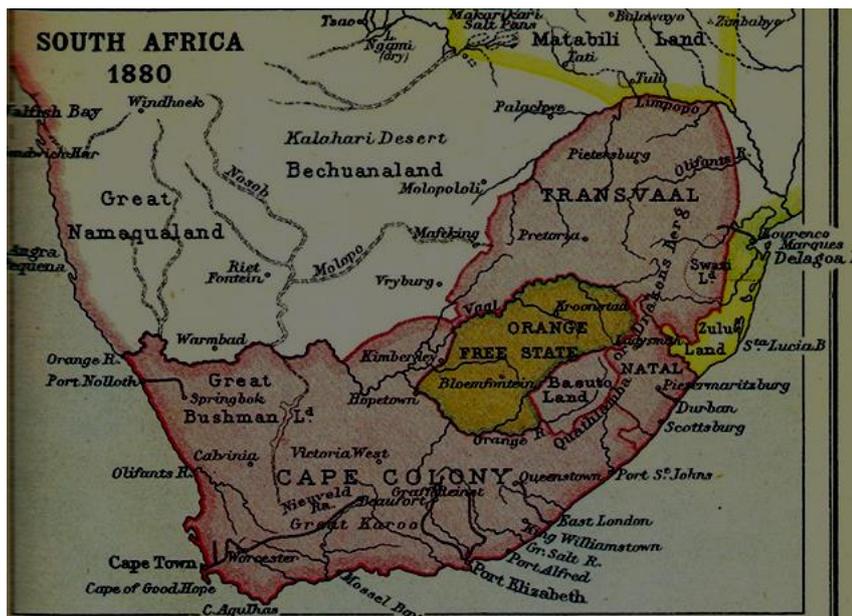


Figura 1: Mapa das quatro colônias.⁴

As sangrentas guerras Anglo-Bôeres resultaram na apertada derrota dos colonos africânderes e forçou os ingleses a usar dos métodos mais cruéis possíveis para controlá-los, o que serviu apenas para intensificar o espírito nacionalista dos africânderes. O século XIX foi marcado por muita resistência por parte dos africanos e pelas guerras anglo-bôeres. Mas também foi marcado pela expropriação das terras dos africanos pelos brancos, que ocupavam faixas cada vez mais extensas das melhores terras empurrando os africanos para áreas cada vez menores e mais marginais. Essas áreas são o embrião do futuro sistema de reservas indígenas, os bantustões. Locais onde os negros ficariam restritos e que seria a base do funcionamento do sistema separatista, que permitiria os lucros vultosos das mineradoras. Esta divisão seria reforçada mais tarde no início do séc. XX pelo Native Land Act de 1913, que impedia que negros possuíssem terras fora dessas reservas. (SAUL;BOND, 2014).

O alienamento dos povos nativos faz parte do projeto colonial. A submissão de toda uma etnia não pode se apoiar apenas na coerção, deve existir um certo nível de obediência. O colonizado deve perder sua identidade e perceber-se como um ser inferior, o colonizado deve crer na sua incapacidade. O racismo e a tribalização dos povos negros atendia aos interesses dos monopólios estrangeiros, pois dava garantias de uma mão de obra barata, regular e obediente à exploração. O racismo sempre existiu, mas a política de segregação colocou o racismo como a ideologia dominante da estrutura colonial. (SIMSON, 1973).

⁴Mapa das quatro colônias. Acesso em 12 mai. 2016 <<http://www.heritage-history.com/maps/lhafrica/africa011a.jpg>>

O racismo é um dos aspectos fundamentais para o que Aimé Césaire (1978) chama de embrutecimento do colonizador e do colonizado. O racismo terá um papel muito importante em desumanizar os povos considerados inferiores e incapazes, transformando-os em instrumentos de trabalho, proletarizando-os. Em contrapartida, aos colonizadores fica a árdua tarefa de carregar o “fardo do homem branco” (eternizado na obscura obra de Rudyard Kipling (1899), em que o homem branco é retrato como o responsável por



Figura 2: *The White Man's Burden* (Apologies to Rudyard Kipling)⁵

levar as raças inferiores à civilização.

Enquanto isso, a nova atividade mineira atraía muitos imigrantes para a cidade de Johannesburgo e logo mudaria o futuro da península. O mosaico de colônias britânicas, protetorados negros e repúblicas livres africanas logo se fundiria e sua nova atividade econômica daria um caráter industrial e urbano para a região sul da África.

2.2 MINERAÇÃO, MONOPÓLIOS E INVESTIMENTO

O capital mineiro britânico torna-se hegemônico na África do Sul a partir dos anos 1880. E para garantir que o investimento de £125.000.000, (SIMSON, 1973) feitos até 1913, tivesse

⁵ Fonte: The Ohio State University Billy Ireland Cartoon Library & Museum

um ambiente seguro e estável para florescer, a empreitada imperialista tornar-se-ia muito mais assertiva e violenta.

A necessidade de mais crédito e de novas tecnologias para escavar ouro e diamantes em veios cada vez mais profundos fez com que os diversos pequenos mineradores dessem lugar à um único e poderoso monopólio em 1890, a De Beers Consolidated Mines. “O padrão de algumas firmas grandes, frequentemente ligadas aos financiamentos ultramarinos e centrais para economia moderna sul Africana, foi implementado muito cedo, e teria importantes implicações para o futuro” (SAUL; BOND, 2014. *Tradução nossa*).

A De Beers foi fundada 22 anos antes da própria África do Sul e era controlada pelo emblemático colonizador e homem de negócios britânico, Cecil Rhodes. Neste momento a economia sul africana está prestes a entrar numa fase de profundas mudanças. Se transformaria numa economia industrializada e urbana, voltada para o mercado externo, com o setor de mineração no centro, norteando toda a atividade econômica do país. A mineração ajudaria a criar um amplo sistema de transporte em direção ao portos de Natal e Cabo e também fortaleceria um sistema agrícola de monocultura e latifúndio para sustentar essa nova massa de trabalhadores urbanos que começa a se concentrar em volta de Johannesburgo e Kimberley.

Com tanta riqueza em jogo, os britânicos não podiam se dar ao luxo de correr riscos e em 1910 é declarada a união das quatro colônias, dando origem à União Sul Africana. E à frente estava a aliança entre os mineradores ingleses (elite aliada ao capital estrangeiro) e os fazendeiros bôeres (elite nacional africânder), conhecida como “aliança do ouro e do milho” (VISENTINI; PEREIRA, 2010). Esta aliança caracterizava bem a economia que se formava, voltada para o capital estrangeiro. Esta estratégia solucionava três problemas: os altos custos de manter a administração oficial de territórios ultramarinos; a assimilação cultural dos povos nativos e sua integração à sociedade inglesa; sua responsabilização direta por possíveis atrocidades cometidas contra os nativos, podendo manchar sua imagem de líder internacional que apenas deseja levar civilização aos selvagens. “Esta primeira estruturação da economia sul-africana, orientada para a monoexportação, persistiu até os anos 1940. Uma economia cuja produção de ouro era orientada para a metrópole e, conseqüentemente, subdesenvolvida.” (SIMSON, 1973. P. 424. *Tradução nossa*)

Foi em 1926 que a Anglo-American adquiriu grande parte da De Beers com o apoio do capital britânico, mas principalmente de capital norte americano, tornando-se então a maior companhia de mineração do país. O setor mais importante da economia sul africana passou a ser controlado por um monopólio gigantesco, que estendia seus investimentos e sua influência

para outros setores da economia. Enquanto isso, companhias e bancos do ocidente passam a se interessar pelos investimentos sul-africanos do lado de dentro de suas barreiras tarifárias. Assim, empreendimentos como a Ford em 1923, instalam plantas no país, e o antigo banco *National*, criado pelo líder africânder Paul Kruger, é absorvido pelo *Barclays*, de Londres, no início dos anos 1920. (SAMPSON, 1987)

A importância das corporações britânicas era muito mais do que econômica, e tomado este quadro de alianças entre estas elites ficava claro como as finanças estrangeiras estavam estreitamente ligadas à política, sendo Cecil Rhodes a personificação do imperialismo britânico no fim do século XIX. “Ele fazia parte do intrincado mecanismo financeiro que encaminhava o capital excedente dos vitorianos para o desenvolvimento de vastos territórios, transformando a poupança de pequenos investidores em “pontos vermelhos no mapa”.” (SAMPSON, 1988, p. 59)

Foi sobre estes motivos de ordem econômica que a política de expansão edificou, em parte, a sua propaganda. [...] É através de motivos de ordem econômica que as nações coloniais justificam a sua presença- a valorização e a obra realizada constituem direitos adquiridos - e as vantagens econômicas são as últimas a que elas renunciam, se bem que tenham aceitado as fórmulas mais ou menos efetivas da independência política. (BALANDIER, 2011 p. 227)

A união foi reconhecida pela Grã Bretanha e teve sua autonomia e independência endossadas pela mesma. Assume então como primeiro ministro dessa União o ex-general bôer, Louis Botha. Apesar dos poucos esforços britânicos em garantir alguma participação política das populações negras após a unificação, não houve nenhuma crítica severa ou objeção prática quanto as novas políticas adotadas nos primeiros anos de gabinete de Botha.

Este desfecho, apesar de cruel, não foi surpreendente. Afinal, os britânicos haviam, até o ano de 1910, realizado muito daquilo que esperavam atingir no pós-guerra do Transvaal deixando o ambiente seguro e lucrativo para o capital mineiro. Os precedentes de suas propostas e programa haviam sido estabelecidas no “sistema de Shepstone”⁶ em Natal com sua lucrativa mistura de segregação política e social e de recrutamento agressivo do trabalho africano. (SAUL; BOND, 2014. *Tradução nossa.*)

Assim, uma das primeiras medidas políticas adotadas por Botha foi a declaração do *Native Land Act* em 1913 e foi o primeiro a institucionalizar o racismo legalmente nas relações trabalhistas. Este ato dava pouca ou nenhuma chance para que qualquer negro pudesse possuir ou trabalhar a terra (salvo em condição de empregado) fora das regiões previamente

⁶ **Sir Theophilus Shepstone**, (nascido em Jan. 8, 1817, Westbury-on-Trym, Gloucestershire, Inglaterra.—morto em Junho 23, 1893, Pietermaritzburg, Natal [atual África do Sul]) Oficial britânico na parte sul do continente africano que desenvolveu um sistema para administrar africanos (nativos), o qual posteriormente todos os campos de administração europeus em África tomariam como base. Ele foi responsável pela anexação do Transvaal em 1877 e ajudou a instigar a guerra Anglo-Zulu (1879).

estabelecidas para eles. Esse ato seria fundamental para dar início a um sistema de trabalho bastante particular, o sistema de trabalho migratório.

O trabalho migratório era essencial para manter o trabalho braçal nas minas o mais barato possível, e assim manter os maiores lucros possíveis para as mineradoras. O trabalho migratório mantinha as populações negras como proletarizadas e sem qualquer especialização, reclusos nas margens das terras mais pobres do país. O proletário colonial é ao mesmo tempo apto e inapto para qualquer trabalho. Podendo servir aos trabalhos mais baixos e impedidos de realizar qualquer função de importância mais elevada. (BALANDIER, 2011)

Este sistema era essencial para a manutenção dos salários extremamente baixos, que permitiam às corporações lucros extraordinários. Forçados pelo sistema de passes, que controlava onde e por quanto tempo os negros poderiam permanecer em território branco, estes trabalhadores não conseguiam se assentar próximos ao trabalho. Assim não demandariam salários maiores para suprir suas necessidades ou de suas famílias que viriam a habitar estes arredores também.

Racism stares one in the face for it so happens that it belongs in a characteristic whole: that of the shameless exploitation of one group of men by another which has reached a higher stage of technical development. This is why military and economic oppression generally precedes, makes possible, and legitimates racism. (FANON, 1969 p. 37)

Além de Fanon, Oliver Cox (1959. *Tradução nossa*) também chama atenção para a relação entre o racismo e a proletarização de homens e mulheres africanos. “Mas o fato de importância crucial é que a exploração racial é meramente um dos aspectos do problema da proletarização da mão-de-obra, independente da cor da mão-de-obra”.

2.3 AS BASES DO APARTHEID

Louis Botha e seu sucessor Jan Smuts eram líderes africânderes que representavam bem a união de interesses entre os capitalistas britânicos e os fazendeiros bôeres, mas em 1922, por causa do aumento da demanda por ouro após a I Guerra Mundial, capitalistas mineiros se viram obrigados a contratar um maior número de trabalhadores negros para não aumentar seus custos. A notícia foi mal recebida pelos trabalhadores brancos que sentiram seus empregos ameaçados organizando uma grande greve que ficaria conhecida como a Revolta do Rand. A revolta foi duramente reprimida por Smuts, o que fez com que o nacionalismo africânder se exacerbasse, deixando boa parte da população africânder descontente com a aliança milho-ouro. Pela primeira vez, a lógica capitalista e a lógica racista começam a mostrar suas incompatibilidades.

Estes nacionalistas africânderes, representando em grande parte a vontade da classe média africânder, vencem as eleições em 1924, representados pelo agora primeiro ministro James Hertzog, numa aliança entre o Partido Nacional e o Partido Trabalhista. No poder, buscam fortalecer a burguesia nacional e diminuir a evasão de lucros pelas multinacionais. Criam um conjunto de medidas protecionistas além de retirar os poucos direitos a voto que alguns *coloureds*⁷ haviam adquirido nos tempos do império inglês.

Havia uma certa divisão no Partido Nacionalista. De um lado uma corrente que buscava um futuro branco para a África do Sul, acreditando ser capaz de afastar os negros da economia; de outro lado estavam os fazendeiros africânderes, mineiros e industriais que não podiam se dar ao luxo de abrir mão de uma fonte quase inegostável de força de trabalho barata. “O que eles queriam do governo era a garantia da disponibilidade de força de trabalho negra, a qual deveria ser disciplinada e barata.” (VISENTINI; PEREIRA, 2010 p. 41)

O “milagre econômico” advindo desta política que rechaçava o capital estrangeiro não durou muito e, junto com a crise internacional iniciada pela quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, fez com que os nacionalistas, para se manter no poder, rompessem sua aliança com o Partido Trabalhista e reatassem seu casamento com os capitalistas estrangeiros. Jan Smuts volta a tomar a cadeira de primeiro ministro da União em 1939. (VISENTINI; PEREIRA, 2010).

Smuts estava criando os pilares onde o *apartheid* descansaria. O *Native Administration Act* 1927, apenas confirmava a ideia de era preciso separar para dominar. Os negros deveriam ser “retribalizados” sobre leis e governos diferentes, em terras diferentes, para que nunca fossem assimilados politicamente na África do Sul. De acordo com Fanon (1969), estas são estratégias usadas pelo dominador, não para aniquilar a cultura pré-existente, mas para mantê-la numa constante agonia, no centro de uma opressão contínua. Criam-se estruturas políticas e sociais que passam a ideia de “respeito pela cultura e tradição dos povos nativos” quando na verdade, o que se busca é o isolamento do nativo para usar de sua força de trabalho. O homem nativo torna-se dócil, pois não pode assimilar a cultura nova, nem florescer sua cultura tradicional.

A constantemente reafirmada preocupação em

Respeitar a cultura das populações nativas” não significa levar em consideração os valores sustentados por esta cultura, encarnada pelos homens. Mais

⁷(adj) *pejorativo*: inteiro ou parcialmente não-branco. *Sul-africano*: Usado como categoria étnica para pessoas de origens étnicas mistas, incluindo Khoisan, africano, malay, chinês e branco. (subst) Indivíduo de descendência mista que geralmente fala africânder ou inglês como língua materna.

propriamente, este comportamento revelava uma determinação em objetificar, confinar, aprisionar, endurecer.” (FANON, 1969 p. 34)

A I Guerra Mundial acelerou o desenvolvimento de uma indústria própria na África do Sul à medida em que nacionalistas africânderes e mineradores ingleses sentiram necessidade de ser menos dependentes do capital britânico. Os nacionalistas africânderes deram início a um plano de desenvolvimento de um capitalismo de Estado para incentivar a criação de uma indústria interna, protegida por tarifas, enquanto os capitalistas ingleses lançavam seu capital mineiro para o setor de manufaturas. (VISENTINI; PEREIRA, 2010) (SAMPSON, 1987)

Antes do início da Segunda Guerra Mundial, a economia sul-africana estava nas mãos das companhias estrangeiras. A base produtiva do país, a mineração, é controlada por um monopólio estrangeiro poderoso que investia no setor manufatureiro através de joint-ventures, atraindo outras companhias estrangeiras, expandindo sua influência para todas as direções, controlando produtividade, tecnologia, capital e força de trabalho.

Sem dúvidas, à medida que a *Anglo-American* se expandia e se entrelaçava com outros grupos, ela mostrava alguns sinais do capitalismo monopolista de Hobson e Lenin, comum a concentração de dinheiro, poder e tecnologia que dominava o governo de Pretória e absorvia a maior força de trabalho negra do continente. (SAMPSON, 1987, p.68)

A disputa sobre nichos de mercado e obtenção de recursos para fins comerciais é uma busca por aliados que está além das relações estatais. Estes poderosos aliados não estatais jogam um papel importantíssimo na conquista de mercados e de meios para produzir, fazendo com que a economia de um país avance. (STRANGE, 1996) Uma companhia como a *Anglo-American* pode garantir os interesses dos países centrais (o decadente império britânico e a ascendente nação norte americana) sem que estes precisem reclamar o território sul africano para usufruir de seus recursos e riquezas, além de livrá-los de qualquer responsabilidade política sobre a falta de ética nos processos produtivos e administrativos. O próprio Rhodes acreditava neste papel importante das corporações, como pivôs da dominação indireta. (SAMPSON, 1988)

A Grã-Bretanha poderia ter perdido seu domínio político sobre a África do Sul quando cedeu à criação da União Sul Africana em 1910 confirmando sua plena emancipação em 1931 no Estatuto de Westminster. No entanto, como já foi notado nas palavras de Strange (1996), a política não é exclusividade das autoridades políticas que formam o corpo burocrático do Estado. Ou seja, os britânicos foram banidos da burocracia sul-africana e não poderiam mais agir formalmente na política. Mas seus conterrâneos capitalistas ainda poderiam agir, mesmo que de forma indireta, através de seu imenso poder econômico, para garantir os interesses da metrópole. Isto fica claro ao observarmos que, na África do Sul, os africânderes governam

Pretória e, apesar de suas desavenças com os britânicos e tentativas de se desligar do capital externo, são os monopólios estrangeiros que controlam a economia do país a partir de Johannesburgo.

Apesar de suas diferenças, ambos concordavam quanto à exploração da população negra, assim os africânderes mantinham sua posição de superioridade étnica e os britânicos podiam contar com uma mão de obra barata, desarticulada e disciplinada. Pretória não interferia nos negócios de Johannesburgo ao passo que os homens de negócios não desafiavam as políticas de Pretória, mesmo que muitas de suas políticas fossem de encontro com os interesses dos capitalistas.

3. O REGIME APARTHEID

3.1 SEPARAÇÃO, EXPLORAÇÃO E LUCRO

Nas eleições de 1948 vence o Partido Nacional africânder, representado por Daniel François Malan. O apartheid agora é oficial, a segregação racial é institucionalizada e a África do Sul passa a ser o único Estado a inscrever o racismo em sua Constituição (PEREIRA, 1988). Anthony Sampson (1988) cita o filho de Oppenheimer, Harry, o herdeiro do grandioso monopólio, quem deveria lidar com essa nova liderança africânder

E a necessidade imediata de conciliar os nacionalistas africânderes podia facilmente obscurecer a necessidade a longo prazo de estabelecer um entendimento com os nacionalistas negros, que representariam uma ameaça muito mais séria no futuro de sua corporação (SAMPSON, 1988, p. 70)

Os mineiros logo perceberam que as hostilidades do nacionalismo africânder eram muito mais retóricas do que reais. Ninguém parecia disposto a matar a galinha dos ovos de ouro na prática. Além disso, o regime apartheid, mais rigoroso, oferecia possibilidades ainda melhores de lucros para os mineradores que logo conseguiram se encaixar confortavelmente nessa conta. (SAUL; BOND, 2014) A região onde a mineração se desenvolvia em torno de Johannesburg chama-se Witwatersrand. A atividade mineira só dava certo graças aos baixos salários dos trabalhadores negros.

Minerar ouro no Witwatersrand era dispendioso porque o minério era de baixo teor e ficava nas profundezas da terra. Só a presença de mão-de-obra barata, na forma de milhares de africanos submissos que trabalhavam muitas horas por um pagamento baixo e sem nenhum direito, fazia da mineração de ouro um negócio lucrativo para as mineradoras, empresas cujos proprietários brancos, à custa do povo africano, ultrapassavam os sonhos de Cresos⁸ em matéria de riqueza. (MANDELA, 1995 p. 59)

Em 1950 o governo lançou a Lei de Registro de Populações para categorizar a sociedade em grupos étnicos, segundo sua aparência física e aceitabilidade social. A população seria classificada em: Branco; Negro (subcategorizado em Nativo e/ou Bantu); e *Coloured* (subcategorizado em Malaios do Cabo⁹; Griqua¹⁰; Indiano; Chinês; e *Cape Coloured*¹¹). Essa lei seria complementada por outras que proibiam casamentos e relações afetivas entre indivíduos de grupos étnicos distintos. (VISENTINI; PEREIRA, 2010)

⁸ Rei lídio (560-546 a. C.), último soberano da dinastia dos *mérmnadas*, cercado de lendas em torno de suas fabulosas riquezas. Herdou do pai (560 a. C.), Aliates, um vasto império cujos domínios incluíam toda a Anatólia até o rio Halis, mais tarde chamado Kizil, na atual Turquia.

⁹Eram em sua maioria muçulmanos da região do Cabo.

¹⁰Descendentes de antigos colonos europeus e indígenas KhoiKhoi.

¹¹Descendentes da miscigenação entre diversas etnias na região do Cabo.

A densa burocracia dos governos africanos seria cheia de detalhes para controlar os povos nativos. Dessa burocracia podemos destacar 3 pontos cruciais para compreendermos o Apartheid e sua relação com os monopólios internacionais. A lei de registros, a lei de passes e o sistema de reservas, já levantados anteriormente. Esse intrincado sistema alienava, controlava e explorava as populações negras cultural, social e economicamente. Ou seja, as companhias multinacionais poderiam auferir lucros extraordinários explorando intensamente a massa proletária não branca. Nem as companhias, nem os países de origem destas companhias poderiam ser responsabilizados por uma administração imoral, pois não usufruíam de poderes políticos expressos na África do Sul.

Além disso, o advento da Guerra Fria trazia consigo o perigo iminente do comunismo. Assim, o Apartheid tornou-se uma receita de sucesso. Garantia os lucros das elites nacionais e transnacionais, alienava os povos nativos e escusava a comunidade internacional de ser conivente com as atrocidades do regime. Visto que, sendo a África do Sul uma aliada natural do ocidente, deveria agir dentro de suas fronteiras para conter o avanço do comunismo. (SAMPSON, 1988)

Na década de 50 o setor de manufaturas já representava cerca de 22% da renda nacional (SAMPSON, 1988 p. 97) e o capitalismo precisava expandir seu mercado consumidor, precisava de uma classe média negra urbana e consumidora. A natureza do capitalismo ia de encontro com o projeto radical de desenvolver uma África do Sul monoétnica. O que não era promissor para os capitalistas no longo prazo, impendendo a expansão da massa consumidora. Em contrapartida, oferecia um mundo livre de sindicatos e reivindicações trabalhistas à ser explorado.

A moderna estrutura de classes da África do Sul se consolida principalmente após o desgaste dos laços que ainda a prendiam com a metrópole durante a II Guerra Mundial e o surgimento dos Estados Unidos como a nova superpotência do mundo capitalista. Uma potência capitalista burguesa por essência (HARVEY, 2003) pois seu governo representava os interesses da classe capitalista desde sua independência. No entanto, diferente dos EUA, a classe proletária na África do Sul era uma classe essencialmente negra. Por causa de suas heranças coloniais e pela forma como foi construída a sociedade e suas relações, a população branca operária ou pobre, por causa de seus privilégios de cor, não se identificavam com os movimentos proletários negros. O que em grande medida foi alimentado por empresários, atrasando a formação de uma consciência de classe. (SIMSON, 1973)

A forma como os EUA abordaram sua própria expansão capitalista foi diferente da forma como se deu na época do Império Britânico. Os americanos não buscavam expandir territórios, apenas seus mercados (mais uma vez resgato a busca por nichos de mercado de Strange). Diferente dos britânicos, a missão dos americanos era a de levar liberdade (entender que liberdade aqui é a liberdade de mercados e capitais) a todos os cantos do mundo. Apesar de apoiarem a luta pelos direitos humanos e pela descolonização, sua única real ameaça era a União Soviética e seu comunismo. O comunismo era o único inimigo real da estrutura produtiva capitalista, por isso os EUA estavam dispostos a apoiar qualquer elite que desse suporte ao liberalismo americano, por mais contraditórios que fossem os regimes destas elites e seus métodos para garantir tais fins.

Os EUA providenciaram proteção econômica e militar para as classes dominantes ou elites políticos/militares onde quer que elas estivessem. Em troca, estas classes dominantes e elites normalmente centralizavam uma política pró-americana em qualquer país que estivessem (HARVEY, 2003 p. 52. *Tradução nossa*)

As instituições do capitalismo norte americano (instituições financeiras, industriais e de comércio) se expandem intensamente no período que segue o fim das duas grandes guerras. Este fenômeno integrou o mundo, econômica, política e ideologicamente, dando força as elites transnacionais que apoiassem o ocidente contra a ameaça comunista. O que o governo americano não previu, foi o aumento da força dos mercados, das elites transnacionais, em detrimento da força do Estado. (STRANGE, 1998) O desenvolvimento de novas tecnologias começa a ter custos cada vez mais altos, e por isso necessitavam de mais crédito. Isso significa que apenas as corporações monopolistas que tivessem condições de adquirir este crédito teriam acesso, e logo concentrariam cada vez mais poder financeiro e de inovação tecnológica. Isso significa que teremos elites cada vez mais fortes, com uma concentração cada vez maior de poder econômico, conhecimento e informação em pequenos grupos

Brevemente, o crescente custo financeiro das novas tecnologias não poderia ter sido contemplado sem, primeiro, algumas mudanças fundamentais no volume e na natureza do crédito criado pela economia do mercado de capitais; e segundo, sem a mobilidade que nos últimos anos tem caracterizado a criação de crédito. (STRANGE, 1998 p. 10. *Tradução nossa.*)

Este poder dos mercados emana das estruturas do capitalismo global. Emana de seus processos financeiros, transações, investimentos e realizações industriais, e não necessariamente de um órgão governamental representativo, fácil de se identificar. A África do Sul é um exemplo claro de como essas forças estruturais moldam a política do Estado de forma indireta. Strange (1998) ainda argumenta que a atividade política não é uma exclusividade de autoridades políticas oficiais, que o poder exercido sobre resultados internacionais é muitas vezes involuntário e realizado de forma impessoal por aqueles que negociam

internacionalmente. Além do mais, agências que não são estatais exercem autoridade legítima sobre as operações econômicas. (FMI, Banco Mundial...) Novamente, o caso sul-africano é emblemático, pois numa sociedade onde a renda é altamente concentrada num pequeno grupo de indivíduos, suas aspirações e desejos pessoais interferem diretamente na política, mesmo que “pela tangente”.

3.2 SHARPEVILLE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Em 1959, o Congresso Nacional Africano (CNA) e o Congresso Pan Africanista (CPA) anunciaram que o ano seguinte seria marcado por protestos e demonstrações organizados nacionalmente para lutar contra o sistema de passes do Apartheid. Ambas as organizações procuravam criar uma identidade negra sul-africana, uma identidade nacional que passasse por cima das rivalidades tribais. O CNA foi criado em 1912, antes mesmo da unificação da África do Sul e seus representantes eram tradicionalmente moderados em sua luta pelos direitos das populações negras. Mas em 1944 cria-se dentro do CNA a Liga da Juventude.

Este grupo seria contemplado por homens como Oliver Tambo¹², Thabo Mbeki¹³ e Nelson Mandela. A liga da juventude pensava diferente dos antigos líderes moderados do CNA, traziam muito mais intensidade para a luta e para o movimento nacionalista africano. As demonstrações em massa de rebeldia contra o governo, eram protestos não violentos¹⁴.

No fim da década de 50, o CNA e o CPA anunciaram que o início dos anos 60 seriam marcados por um intenso movimento de resistência ao sistema de passes em todo o país. A ordem era de boicotar o sistema de passes, se milhares de pessoas fossem presas, as cadeias ficariam abarrotadas e isso prejudicaria a base produtiva, além de chamar atenção da mídia internacional. No dia 21 de março de 1960, no município de Sharpeville, região periférica de Johannesburgo, uma multidão considerável (há grande divergência de dados quanto ao que foi reportado sobre o ocorrido) de africanos foi convocada no dia anterior à participar de uma demonstração de rebeldia contra a lei de passes. Linhas telefônicas foram cortadas, transportes de trabalhadores das minas foram impedidos de sair e muitas pessoas foram convocadas cerca

¹²Oliver Reginald Tambo (1917 – 1993). Político sul-africano anti-apartheid e figura central no CNA.

¹³Thabo Mvuyelwa Mbeki (1942). Político sul-africano anti-apartheid e ex presidente da África do Sul pós-regime.

¹⁴LEVY, Norman. **The Freedom Charter**. Disponível em: <<http://www.sahistory.org.za/article/freedom-charter-norman-levy>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

de cinco mil pessoas ¹⁵à participar da manifestação. A multidão se aglomerou em torno de uma unidade da polícia em Sharpeville e os animos se intensificaram. A polícia reagiu com grande brutalidade, abrindo fogo contra os manifestantes deixando 69 mortos e cerca de 180 feridos¹⁶.

O episódio ficou conhecido como o massacre de Sharpeville e teve uma ressonância negativa para a economia nacional. Nos meses seguintes, muitos investidores fizeram seu julgamento do evento, retirando seu capital do país. Rapidamente as ações sul-africanas caíram e cerca de 48 milhões de libras evadiram o país (SAMPSON, 1988 p. 98). Em 1961 a Anglo-American de Oppenheimer foi a primeira a trabalhar a restauração da confiança no governo e na economia sul-africana realizando empréstimos e fazendo investimentos. “Mas a África do Sul também recebeu o bem-vindo endosso de um dos sumos-sacerdotes do capital internacional, David Rockefeller, presidente do Chase Manhattan Bank.” (SAMPSON, 1988 p. 100).

Com isso, a tragédia de Sharpeville foi rapidamente ofuscada pela possibilidade de novos investimentos e, se o problema de apoiar o Apartheid era moral, a solução para o impasse estava no contexto internacional, na obrigação do ocidente em apoiar nações mais frágeis. Quando seu apoio financeiro à África do Sul foi contestado, o Chase declarou que ao apoiar o país, estava apoiando também o desenvolvimento econômico das nações subdesenvolvidas no “mundo livre” (ocidente, capitalista e liberal) e que isso era uma obrigação dos EUA. Nem mesmo o pedido do Conselho de Segurança da ONU para que o governo sul-africano abandonasse suas políticas pode competir com o poder do mercado. “Na verdade, tais coisas como acesso à crédito em instituições como o FMI e Banco Mundial, bem como bancos americanos, foram particularmente críticos para restaurar a confiança no seguimento de Sharpeville” (SAUL; BOND, 2014)

Se, segundo Strange (1998, p. 17) poder é simplesmente a habilidade de um grupo ou indivíduo de afetar os resultados de maneira que suas preferências se sobressaiam as dos outros, podemos perceber como o mercado se torna poderoso ao ponto de transformar o Massacre de Sharpeville num ruído passageiro nos noticiários. Os vultuosos lucros e o crescimento de 8,89%

¹⁵ LODGE, T. apud PIENAAR, Sara. Understanding Apartheid. June, 2006. Disponível em: <<http://www.apartheidmuseum.org/sites/default/files/files/downloads/LearnersbookIntroduction.pdf>>.

¹⁶ SOUTH AFRICAN HISTORY ONLINE. **Sharpeville Massacre, 21 March 1960**. Disponível em: <<http://www.sahistory.org.za/topic/sharpeville-massacre-21-march-1960>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

em 1965¹⁷, quatro anos após a tragédia, justificavam a repressão que piorava. A repressão foi tão intensa quanto o boom econômico que o país viveu na década de 60, quanto mais repressão, mais lucros, quanto mais lucros, menos os capitalistas se importavam com a maneira como o sistema funcionava.

Para manter seu canal de mercados abertos sobre a África do Sul e o mundo, os EUA se apoiavam em uma imagem de líder benevolente que busca satisfazer os interesses coletivos. A hegemonia norte-americana era uma hegemonia burguesa em sua origem, os valores que as elites, “líderes benevolentes”, levavam ao mundo eram valores de liberdade, mas era uma liberdade essencialmente capitalista. Diferente das elites britânicas que estavam ligadas ao passado de nobreza e carregavam consigo tais valores, as elites americanas eram o mercado, e os valores projetados por ela, eram aqueles que dessem bons resultados aos mercados. Talvez a mudança mais pertinente sobre o estabelecimento dessa nova hegemonia americana seja a onda de repúdio ao racismo institucionalizado e inicia a defesa do universalismo da propriedade privada e direitos individuais. (HARVEY, 2003)

Fora um dos efeitos colaterais do aumento de poder dos mercados e de suas elites. Os anos 60 foram um verdadeiro milagre econômico nas mãos de Hendrik Verwoerd, mas ao mesmo tempo os valores da sociedade ocidental se espalhavam, e com ela seus movimentos sociais.

Mandela e diversos outros nomes importantes do movimento nacionalista africano, membros do CNA, foram condenados à prisão perpétua no Julgamento de Rivonia e o partido colocado na ilegalidade. As contradições morais entre os interesses da elite nacional africânder e as elites transnacionais tornavam-se cada vez mais profundas. A saída de Verwoerd para se adequar a essa situação, além de controlar os líderes do movimentos negros, foi de endurecer o sistema de reservas indígenas. O novo sistema procurou dar mais “autonomia” às reservas, também chamadas de Bantustões para que os nativos tivessem a chance de construir suas oportunidades dentro de seus próprios territórios. Tudo isso deu grande vantagem aos africânderes, que puderam manter a situação sobre controle e lucrativa para todos por certo tempo. (VISENTINI; PEREIRA, 2010).

¹⁷ WORLD BANK. **South Africa GDP growth (annual %)**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=1971&locations=ZA&start=1961>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

3.3 A DECADÊNCIA DO APARTHEID

Nos anos 60, a África do Sul vivia uma fase esplêndida, a economia crescia rapidamente e os investimentos não paravam. Enquanto isso, nos EUA, o então presidente John Kennedy apoiou a causa dos direitos civis da população negra e tomou uma atitude quanto a política de segregação racial que permanecia em escolas, transporte e espaços públicos em alguns estados conservadores do sul. A Lei dos Direitos Civis seria aprovada em 1964, no ano seguinte ao seu assassinato. Sua posição elevou o tom do discurso americano em relação a tolerância com regimes e políticas racistas. Kennedy até apoiou o embargo comercial no setor armamentista promovido pela ONU contra a África do Sul em 1962. (SAMPSON, 1988)

Apesar do discurso mostrar a contradição entre falar e não agir, a participação da população negra na economia americana começa a aumentar, bem como sua articulação com comunidades negras exiladas da África. O movimento ganha força as comunidades negras começam a ganhar uma consciência política que se espalha rapidamente entre estudantes negros na América, Europa e África.

A política Nixon-Kissinger parecia ter retrocedido, relaxando a posição do governo quanto a África do Sul e o apartheid. O discurso é de que ficava para as corporações a responsabilidade de ajustar os africanos. “Na ocasião, a política de Nixon-Kissinger efetivamente coonestava o sistema do apartheid de Pretória e deixava às corporações e aos bancos a tarefa de liberalizá-lo” (SAMPSON, 1988 p. 134). Contraditoriamente, segundo artigo no Washington Post de 1972 de Jim Hoagland (HOAGLAND apud SAMPSON, 1988), a realidade era de que as corporações americanas não estavam liberalizando o regime, e sim fortalecendo seus aspectos logísticos e financeiros.

A revolta de Soweto em 16 de junho de 1976 foi crucial para alterar o cenário político e espantar os investimentos estrangeiros. Consequência da insatisfação com o regime, da institucionalização da educação bantu para negros e o uso compulsório das línguas brancas (inglês e africânder) para educá-los resultou na conscientização política de estudantes e outros grupos de jovens. Os estudantes negros percebiam o sistema de educação bantu como um meio de inferiorizar intelectual e culturalmente os negros. Para protestar, organizaram uma série de paralizações e manifestações em Soweto durante o ano de 1976. As imagens chocantes da polícia abrindo fogo contra estudantes e jovens desarmados que faziam uma manifestação calorosa, porém pacífica, chocou o mundo e garantiu uma nova onda de exilados dando força ao movimento anti-apartheid fora do país.

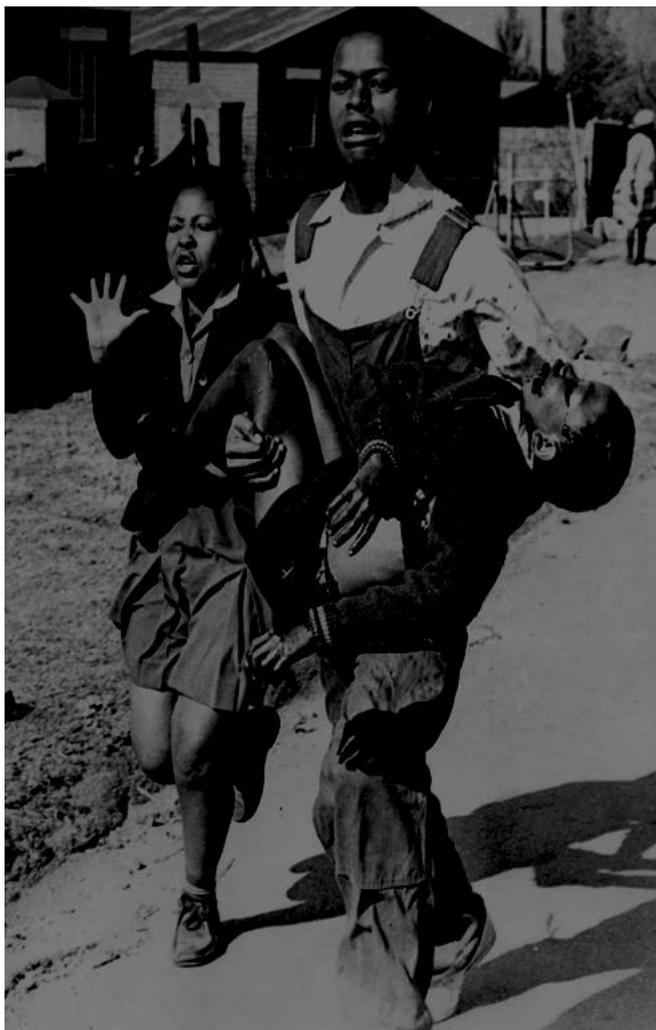


Figura 3: Umbiswa Makhubo carrega o corpo de Hector Pieterson

A marcha foi interrompida e algumas pessoas ajudaram Tsietsi Mashinini¹⁸ a escalar um trator para que todos pudessem vê-lo enquanto se dirigia à multidão:

*Irmãos e irmãs, eu peço que vocês se mantenham calmos e tranquilos. Nós acabamos de receber a informação de que a polícia está se aproximando. Não os insultem, não façam nada contra eles. Fiquem calmos e tranquilos. Não estamos lutando.*¹⁹

Uma longa lista de nomes de jovens pode ser encontrada na página de onde foi retirado o excerto acima, especificando a data e a causa da morte de diversos jovens que manifestavam contra o apartheid em Soweto (a maioria por ferimentos de bala em ocasiões de protesto e resistência ao sistema de educação bantu.)

¹⁸ Teboho MacDonald Mashinini, estudante sul-africano e líder nos protestos de Soweto, tinha apenas 19 anos na ocasião.

¹⁹ SOUTH AFRICAN HISTORY ONLINE. **The June 16 Soweto Youth Uprising. Tradução nossa.** Disponível em: <<http://www.sahistory.org.za/topic/june-16-soweto-youth-uprising>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

A repercussão do massacre ocorrido em 16 de Junho de 1976, Soweto foi rápida e negativa na opinião pública internacional. Em reuniões com acionistas, depositantes e diretores, era comum que presidentes de bancos e corporações americanas e europeias tivessem de responder à questionamentos e críticas sobre seu envolvimento com o apartheid. Universitários negros, exilados e religiosos pressionavam as instituições privadas para que estas não mais apoiassem financeiramente o apartheid.

Os americanos demoraram a tomar interesse pela questão, com seu menor envolvimento histórico e menor investimento, e estavam muito mais interessados na América Latina do que na África. No entanto, os americanos é que acabariam por armar a pressão mais eficiente, não tanto por via da influência diplomática quanto pela mobilização do próprio maquinismo capitalista (SAMPSON, 1988 p. 132)

Bancos privados como o Chase Manhattan, Barclays, Citibank, Morgan's e Bank of America se viram forçados a adotar medidas mais práticas e menos retóricas, reduzindo acesso ao crédito para qualquer iniciativa que incentivasse de qualquer maneira o governo apartheid ou suas instituições. Em contrapartida, o FMI parecia ser o investidor mais insensível aos fatos. No período de 1976 – 1977, antes e após o incidente com os estudantes de Soweto, o FMI emprestou cerca de 571 milhões de dólares ao governo sul-africano, sem sequer questionar os altíssimos gastos militares, que serviam apenas para a manutenção do regime, visto que o país não se encontrava envolvido em nenhum conflito armado. Os empréstimos eram justificados pela necessidade de não abandonar o país em um momento de crise, o que daria oportunidade para a entrada do comunismo no país, ameaça que ainda deveria ser fortemente combatida. (SAMPSON, 1988)

Ainda havia apoio ao regime, mas os ocorridos da década de 70 sinalizavam o início da crise do regime e das sérias contradições entre capitalismo e fascismo. O ambiente político estava se tornando cada vez menos favorável aos investimentos, e os bancários começavam a tomar posicionamentos de curto prazo em relação às suas expectativas. A possibilidade de não permanecer na África do Sul por muito mais tempo era real, o sistema abusivo que garantia os lucros estava se esgotando.

As mudanças tecnológicas e organizacionais nos anos 70, impulsionadas pelo avanço tecnológico promovido pela corrida militar e pela “guerra nas estrelas” entre URSS e EUA expandiu a necessidade de crédito. A consequência disso foi a ascensão da burguesia financeira, tomando seu lugar como a elite dominante do mundo capitalista. Entre 70 e 79, o capital financeiro ganhou enorme mobilidade promovida pela intensa liberalização dos mercados financeiros ao redor do mundo. Esta intensa mobilidade dava ao capital financeiro uma

vantagem única para pressionar governos para que mantivessem o ambiente favorável aos investidores. (HARVEY, 2003).

Em 1978, assume como primeiro ministro na África do Sul Pieter Willem Botha, e apesar de seu histórico promovendo os valores e as instituições do apartheid, reconhece a necessidade de aproximar e tranquilizar empresários e bancários estrangeiros para manter o clima de investimentos e evitar uma evasão de capitais comprometedoras. Com pelo menos 90.000 trabalhadores negros aderindo às greves até o fim do ano de 1973, a ameaça de uma revolução negra violenta rondava às portas das grandes indústrias e mineradoras. Para evitar mais greves ilegais e para facilitar o diálogo entre os diretores das minas e seus trabalhadores negros, Botha atendeu às exigências das mineradoras (históricamente favoráveis ao regime) de reconhecer a formação dos sindicatos negros. (SAUL; BOND, 2014)

Apesar do grande avanço em reconhecer os sindicatos ter acalmado os investidores estrangeiros, que se viam pressionados por seus clientes em seus países de origem a tomar medidas mais assertivas, havia restrições quanto ao envolvimento político dos sindicalistas. A medida apenas tornou mais gritante as limitações dos negros e a necessidade de lutar. Além disso, a organização formal de sindicatos se espalhou rapidamente e logo a consciência política contaminou o proletariado.

Os anos 80, marcou o início do fim do regime de segregação. As contradições entre as necessidades e os valores capitalistas estavam mais evidentes do que nunca. Havia duas preocupações centrais nas mentes e corações de investidores e estadistas envolvidos com a África do Sul. A primeira dizia respeito a necessidade de expansão da indústria na África do Sul. Expandir a indústria ia de encontro com o sistema que garantia os lucros excessivos, o sistema de trabalho migratório que mantinha a população negra fora do mercado consumidor por causa de seus salários extremamente baixos. Para expandir seus mercados, era preciso haver demanda, para haver demanda, era preciso aumentar a capacidade de consumo da população nativa oferecendo especialização, preparo e melhores salários. A segunda era com a escalada da violência nos movimentos anti-apartheid. A preocupação era de que quanto mais houvesse repressão, menos espaço haveria para a moderação política, resultando numa radicalização generalizada do movimento de resistência africano. O possível resultado disso, seria um governo radical e revolucionário, provavelmente Marxista, que poderia vir a nacionalizar todos os negócios de interesse ocidental. (FRASER apud SAUL; BOND, 2014)

Apesar da tentativa de Botha em acalmar os capitalistas, principalmente os de língua inglesa, foi frustrada. Nos anos 80 seguiu as tendências dos anos 70. Cada vez menos crédito

estava disponível para a África do Sul internacionalmente e os homens de negócios já não queriam ter os nomes de suas companhias ligados ao apartheid. Os levantes negros se tornavam cada vez maiores, mais frequentes e mais violentos e o medo de uma revolução de personalidade marxista fez com que os empresários buscassem parceiros junto ao movimento negro. O próximo sucessor da Anglo-American, Gavin Relly, se reúne com os maiores representantes do capital monopolístico na África do Sul para conversar com as lideranças do CNA em 1985.

O CNA não estava muito interessado em ser associado ao marxismo, e mesmo Mandela em sua autobiografia (1995) diz que a organização nunca fora comunista, e sim construída em volta de valores cristãos. (SAUL; BOND, 2014) Oliver Tambo, uma das lideranças do CNA se reuniu em 1981 com homens de negócios americanos, entre eles o próprio David Rockefeller, representantes da Ford e General Motors, Gulf Oil International e Melvin Hill. (SAMPSON, 1988) Os homens de negócios pareciam encontrar no CNA uma chance para estabelecer um futuro seguro para seus investimentos, e o CNA parecia encontrar nos homens de negócios o apoio necessário para ascender ao poder e acabar com a opressão africânder.

Apesar do então presidente norte-americano, Ronald Reagan não estar inclinado a se identificar com a luta dos sul-africanos negros e a adotar sanções mais sérias contra o governo, a sociedade civil norte-americana estava disposta a usar da máquina capitalista para sancionar o governo.

Acionistas cristãos estavam agindo regularmente contra as grandes corporações, apresentando resoluções sobre todos os tipos de questões sociais, mas concentrando-se cada vez mais na África do Sul. As Freiras Franciscanas do Sagrado Coração, com seis cotas de participação na Kodak, conclamaram a companhia a retirar-se da África do Sul (SAMPSON, 1988, p. 190)

Os bancos estavam se retirando rapidamente da África do Sul, mas a indústria não podia fazer a mesma coisa. Com medo de uma revolução sangrenta e preocupados em não perder sua posição privilegiada nas castas sociais sul-africanas, os empresários brancos lideraram o diálogo com o CNA em busca de uma transição tranquila que garantisse seus privilégios e devolvesse a estabilidade política para que os investimentos voltassem a florescer. Em 1989, assume o último presidente da era apartheid, Frederik Willem de Klerk. Ele seria responsável por romper as últimas barreiras que mantinham o apartheid.

De Klerk abre as negociações com o CNA, retirando o partido da ilegalidade e libertando Nelson Mandela de sua longa pena em 1990. Enquanto presidente, garantiu sufrágio a todos os sul-africanos, em 1992, de Klerk democratizava a África do Sul e ganharia em 1993, junto com Nelson Mandela, o prêmio Nobel pela libertação e democratização do país. Em 1994,

Nelson Mandela é eleito presidente, encerrando definitivamente a opressão branca que durou 46 anos.

É importante notar que, a transição entre o apartheid e a nova gestão do CNA foi marcada pelo neoliberalismo e pela adesão aos princípios do livre mercado. Apesar do regime racista deixar de existir, as distorções econômicas e sociais deixadas por ele não foram corrigidas.

Ou, para tomar outra questão, não sobre guerra mas sobre sanções econômicas com falta de guerra, qual foi o seguimento destas na África do Sul? O fim do apartheid e a reforma constitucional foi realmente promovida sob o comando de De Klerk e Mandela? Um caso discutível se dito que não foram tanto – ou não diretamente – as sanções de outros Estados contra a África do Sul, mas as ações ameaçadas de alguns acionistas americanos em banco americanos que começaram a rolar a bola de neve da mudança. O Chase manhattan e outros começaram a fechar, ou a vender suas subsidiárias sul-africanas. Os mercados financeiros concluíram que os efeitos no influxo de capitais, balança de pagamentos e classificação de crédito seriam ruins na África do Sul. O valor do rand começou a cair. Grandes negócios na África do Sul viam grandes problemas a frente. Era hora para uma mudança de direção, os políticos foram avisados. (STRANGE, 1998, p. 28. *Tradução nossa*)

As corporações internacionais faziam parte do problema do apartheid e pouco fizeram para corrigir as distorções deixadas por décadas de um capitalismo racial. A nova África do Sul democrática trazia novas oportunidades e segurança para os investidores. Indústrias e bancos não mais precisavam esconder suas relações econômicas e financeiras com a África, apoiar Mandela e a libertação do povo sul-africano era sua nova bandeira e lhes dava certo crédito moral internacionalmente. Apesar do espírito socialista e revolucionário que permeou o CNA durante os levantes das décadas de 70 e 80, o partido estava preso pelo liberalismo. Não era viável manter a África do Sul isolada e muito menos fora da lista dos investidores, a democracia precisava de fundos, e o mercado poderia conceder estes fundos. Prova disso foi o empréstimo feito pelo FMI nos primeiros anos da nova democracia, com termos que exigiam medidas econômicas radicais de austeridade, foi considerado um “mal necessário”. (SAUL; BOND, 2014)

4. CONCLUSÃO

O presente estudo se dedicou a realizar uma pesquisa bibliográfica sobre diversos trabalhos que abordassem as especificidades históricas do desenvolvimento do governo separatista na África do Sul bem como a encontrar uma relação entre o regime e a influência do poder do capital internacional monopolista. Ao longo do estudo percebemos que as elites transnacionais, ou os mercados, possuem um poder indireto sobre as decisões internas dos Estados. Esta influência é ainda mais pertinente sobre Estados dependentes, que, como o Brasil, possuem um capítulo colonial em sua história.

Durante nossa pesquisa, percebemos a relevância de explorar as relações internacionais a partir da perspectiva do mercado, pois, como foi observado, não são apenas os Estados que emanam poder político no sistema internacional. É possível ainda relacionar diversas outras questões à este tipo de análise, como por exemplo a securitização das drogas na América Latina, e a incapacidade dos governos nacionais de desenvolverem outras formas de enfrentar o problema do narcotráfico e todo o sistema que opera ao redor da proibição e criminalização das drogas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALANDIER, Georges. A situação colonial:: uma abordagem teórica. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 219-251.

BELMONTE, Laura A.. **Selling the American Way: U.S propaganda and the Cold War**. Philadelphia: University Of Pennsylvania Press, 2008.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Lisboa: Augusto Sá da Costa Lda, 1978.

COSTA E SILVA, Alberto . A Manilha e o Libambo: a África e a escravidão de 1500-1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

COX, Oliver Cromwell. Caste, Class and Race: A Study in Social Dynamics. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1959. Disponível em:
<<http://www.archive.org/details/casteciassracestOOcoxo>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

COX, Robert. W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. Millennium - Journal of International Studies, v. 10, n. 2, p. 126–155, 1981.

Dicionário Michaelis. Disponível em:

<<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=afric%C3%A2nder>>. Acesso em 10 mai. 2016.

EDITORES DA ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA (Ed.). Sir Theophilus Shepstone. Disponível em: <<https://global.britannica.com/biography/Theophilus-Shepstone>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. Toward the African Revolution. Nova Iorque: Grove Press, 1969.

GILL, Stephen; LAW, David. The Global Political Economy. . Baltimore: Johns Hopkins University Press. , 1988

HARVEY, David. Spaces of Capital. . Nova Iorque: Routledge. , 2001

HARVEY, David. The new Imperialism. Nova Iorque: Oxford University Press, 2003.

HOBSON, John A.. Imperialism: A Study. New York: James Pott Company, 1902.

Disponível em: <http://oll.libertyfund.org/titles/hobson-imperialism-a-study?q=imperialism#Hobson_0052_1>. Acesso em: 10 abr. 2016.

KRASNER, Stephen D. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. International Organization, v. 36, n. 2, p. 20, 22 mar. 1982. Disponível em: <http://www.journals.cambridge.org/abstract_S0020818300018920>.

LEVY, Norman. The Freedom Charter. Disponível em: <<http://www.sahistory.org.za/article/freedom-charter-norman-levy>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

MANDELA, Nelson. South Africa`s Future Foreign Policy. **Foreign Affairs**, [s.l], v. 72, n. 5, dez. 1993. Disponível em: <<http://www.anc.org.za/content/article-nelson-mandela-foreign-affairs-vol-72-no5>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

MANDELA, Nelson. Longo caminho para a liberdade. São Paulo: Siciliano, 1995.

Mapa das quatro colônias. Acesso em 12 mai. 2016 <<http://www.heritage-history.com/maps/lhafrica/africa011a.jpg>>

O'MALLEY, Pádraig. O'Malley the heart of hope. Disponível em: <<https://www.nelsonmandela.org/omalley/index.php/site/q/03lv01538/04lv01828/05lv01829/06lv01838.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

Oxford Dictionaries. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/coloured>>. Acesso em 23 jun. 2016.

PEREIRA, Francisco José. Apartheid: O horror branco na África do Sul. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PIENAAR, Sara. Understanding Apartheid. June, 2006. Disponível em: <[http://www.apartheidmuseum.org/sites/default/files/files/downloads/Learners book Introduction.pdf](http://www.apartheidmuseum.org/sites/default/files/files/downloads/Learners%20book%20Introduction.pdf)>.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

SAMPSON, Anthony. O negro e o ouro: Magnatas, revolucionários e o Apartheid. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SAUL, John S.; BOND, Patrick. South Africa The Present as History: From Mrs Ples to Mandela & Marikana. Johannesburg: Jacana, 2014.

SIMSON, Howard. Fascism in South Africa. African Review, [s.l], p.423-451, jan. 1973. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10520/AJA00020117_286>. Acesso em: 05 abr. 2016.

SOUTH AFRICAN HISTORY ONLINE. Sharpeville Massacre, 21 March 1960. Disponível em: <<http://www.sahistory.org.za/topic/sharpeville-massacre-21-march-1960>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

SOUTH AFRICAN HISTORY ONLINE. The June 16 Soweto Youth Uprising. Tradução nossa. Disponível em: <<http://www.sahistory.org.za/topic/june-16-soweto-youth-uprising>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

STRANGE, Susan. The Retreat of the State: The Diffusion of Power in the World Economy. *Contemporary Sociology*, p. 221, 1998.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz (Org.). *África do Sul: História, Estado e Sociedade*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.

WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Politics*. . Berkeley: Addison-Wesley Publishing Company. , 1979

WORLD BANK. South Africa GDP growth (annual %). Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=1971&locations=ZA&start=1961>>. Acesso em: 13 jul. 2016.